

SENADOR DINARTE MARIZ

O Govêrno do
Rio Grande do Norte
e a Revolução

— *Discurso pronunciado, no
Senado Federal, na sessão
do dia 23 de junho de 1965*

BRASÍLIA — D.F.
1965

Biblioteca do Instituto Histórico
e Geográfico do Rio Grande do Norte

**DOAÇÃO DO SÓCIO EFETIVO
ANTONIO SOARES FILHO**

SENADOR DINARTE MARIZ

O Governo do
Rio Grande do Norte
e a Revolução

— *Discurso pronunciado, no
Senado Federal, na sessão
do dia 23 de junho de 1965*

BRASÍLIA — D.F.

1965

BRASIL - DIÁRIO

O Governo do Rio Grande do Norte e a Revolução

— Diálogo publicado no
Seminário de História, em sessão
do dia 23 de junho de 1965

BRASIL - DE

1965

Sr. Presidente, Srs. Senadores: Talvez não fôsse eu, neste dia que estamos vivendo, o orador indicado para iniciar os debates nesta Casa. Numa hora em que a Nação se encontra apreensiva com notícias veiculadas pela imprensa sôbre acontecimentos nacionais, talvez não fôsse o modesto Senador pelo Rio Grande do Norte quem devesse abrir o presente debate, denunciando desta tribuna os processos políticos que estão em voga na sua província. Mas o faço, Sr. Presidente, no cumprimento de um dever e para que a Nação tome conhecimento do descabro que vai dominando a situação política e administrativa do meu Estado.

Começo, Sr. Presidente, lendo um telegrama que acabo de receber de um amigo e correligionário de Natal:

“Cumpro o dever de comunicar ao eminente Senador que tive o desprazer de ver meu automóvel prêso por conduzir dístico de sua candidatura. Em virtude do meu protesto de tão inusitada prisão, fui também recolhido ao xadrez, sem consideração à minha condição de comerciante matriculado na Junta Comercial e, além disso, b̃arbaramente espancado por esbirros policiais. Fiz exame médico-legal. Tudo isso ocorreu por ocasião em que o Governador dirige nas ruas, pessoalmente, a campanha política do seu candidato. Acabo de telegrafar ao Presidente da República, Ministros da Justiça e da Guerra, registrando o fato que escandalizou a população desta Capital. Na qualidade de seu devotado e intransigente amigo, peço levar o fato ao conhecimento de t̃oda a Nação, através da tribuna do Senado e pela imprensa do País. Respeitosamente. *José Augusto Honório da Silveira.*”

Sr. Presidente, êsse telegrama que acabo de ler não me surpreendeu. Há poucos dias visitei meu Estado e ali tive lançada minha candidatura à sucessão governamental. No dia seguinte ao de minha chegada, tivemos de constituir advogado para, junto à Justiça, requerer mandado de manutenção de posse — parece um pouco absurda a expressão, mas é verdadeira — de automóveis de

correligionários meus, presos por conduzirem dísticos alusivos à campanha que se iniciava.

Um dia depois, visitando o mercado público, e ali recebendo homenagem daqueles que estão solidários com a política que represento no meu Estado, vi também ser prêso um pequeno comerciante e conduzido à prisão para, horas depois, quando já se constituía advogado para requerer *habeas corpus*, ser pôsto em liberdade.

Percorri dois têtços do Rio Grande do Norte e verifiquei que realmente havia uma grande tensão, semelhante à dos povos oprimidos, na hora em que se avizinha o momento de sua libertação. Por tôda parte por onde passei senti a revolta do povo contra êsse estado de coisas, e estou certo de que, não só lançando mão dos dinheiros públicos, como tem feito o Governador, para enriquecer-se e aos seus familiares, mas, apelando para a violência em desespero de causa e sem pensar nos dias que lhe aguardam, será êle capaz de todos os crimes, se não fôr detido em tempo pelos poderes constitucionais. Isto, se o caminho que nós iremos trilhar fôr o caminho da democracia e não a repetição do sistema de corrupção e de arbítrio a que tantas vêzes têm sido jogados os destinos de nosso País.

Constarei, Sr. Presidente, durante os 12 dias que passei no Rio Grande do Norte, a inquietação e a insegurança em que vivem os meus correligionários. O Governador do Estado, o Sr. Aluizio Alves, é homem que faz tudo que se possa imaginar de arbitrariedade, de desonestidade, de agressividade aos princípios democráticos, sem que nada o contenha.

Dois ou três pedidos de intervenção federal já foram encaminhados pela Justiça ao Supremo Tribunal Federal, e naturalmente estão sendo examinados pela alta Côrte de Justiça de nosso País.

Tudo tem feito e continua a fazer, só nos restando como único recurso, nesta hora, apelar para o eminente Sr. Presidente da República e os seus ilustres Ministros da Guerra e da Justiça. A esta altura, estou vendo a interrogação dêste Senado, perguntando quem são essas autoridades e qual a minha vinculação a elas?... Então teria de responder que me identifiquei com elas em episódios recentes da nossa história, como se algo de indivisível nos pudesse confundir.

Creio que alguma coisa exista ainda não esclarecida em relação ao caso do Rio Grande do Norte... Ao Senhor Presidente da República fiz apelos pessoais, dramáticos, e, em documentos públicos, demonstrei que o único objetivo de minha vida pública era o de se esclarecer o que chamei — e continuo a chamar — de “o equívoco do Rio Grande do Norte”. Será a minha constante enquanto tiver

saúde para lutar dentro dos quadros políticos nacionais, notadamente os da minha província.

Sr. Presidente, fêz-se uma revolução em nome da moralidade, em nome dos princípios democráticos, contra a corrupção e contra a subversão. Aconteceu exatamente o contrário no meu Estado. Parece que foi feita para estimular a corrupção, a desonestidade e a arbitrariedade das autoridades que ali se encontram no poder. Não tenho por que deixar de denunciar, e nesta altura já o faço com uma certa impaciência, porque pertença a um partido político que está vinculado ao Governo.

Sr. Presidente, vou dirigir-me, como já fiz em outras oportunidades, ao meu companheiro de Partido, o eminente Sr. Ministro da Justiça, e estou certo de que as medidas acauteladoras dos direitos dos rio-grandenses do norte, dentro do sistema democrático, serão respeitados, ou melhor, serão reimplantados, porque no momento não existem garantias em meu Estado.

Renovo daqui um apêlo ao Sr. Presidente da República e ao seu Ministro da Justiça, para que mandem emissários de sua confiança examinar *in loco* a situação de meu Estado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em outras ocasiões fui acusado de pertencer ao que chamam "linha dura", e sempre respondi que gostaria de ser classificado entre os que desejavam justiça para este País. E agora reafirmo: ou o Governo da revolução se encaminha pelos princípios da justiça, dentro dos postulados democráticos, ou então teremos que viver dias difíceis e incertos para o futuro da nossa pátria. O que não é possível é que o Rio Grande do Norte continue sem ser identificado pelas autoridades da República.

Deviam saber os que lutam pela coisa pública num País como o nosso, que não há organismo perfeito, quando uma das partes, por pequena que seja, se acha infectada. Não é possível pensar numa solução nacional, se não se pensa no País inteiro, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul. Não é possível pensar em justiça para os Estados grandes sem pensar também que a justiça deva chegar até às pequenas unidades da Federação.

Vi, Sr. Presidente, até onde chegaram a corrupção e a fraude no meu Estado. O Governador criou postos para alistamento eleitoral na Capital, onde se deverá realizar eleição para Prefeito. Com uma equipe de funcionários, em viaturas do Estado, faz o transporte dos futuros novos eleitores, grande parte trazida de municípios vizinhos, que vêm, com documentos falsos, fornecidos pela polícia, pedir transferência de domicílio eleitoral. O candidato do Governo, já com faixas espalhadas pela cidade, é o seu irmão Agnelo Alves, chefe da sua Casa Civil, Superintendente do Plano Habitacional do

Estado, apontado como um dos testas-de-ferro das negociatas do Governador, hoje um homem rico. Trata-se, Sr. Presidente, de pessoa conhecida aqui em Brasília, onde viveu até o início do govêrno do seu irmão.

Esta é a situação de um Estado que vem sendo saqueado, e tanto mais destestável é o fato porque sabemos que grande parte dêsse dinheiro vem dos cofres da União. Aqui está, Sr. Presidente, um documento, o *Diário Oficial* do Govêrno do Estado, em que o Governador pede ao Tribunal de Contas o registro de um crédito de Cr\$ 8.850.000 (oito milhões e oitocentos e cinquenta mil cruzeiros) para pagamento de uma publicação feita a uma emprêsa do sul do País, na qual em uma sua entrevista faz a sua auto-promoção, apresentando como recursos "auxílios recebidos da União". Temos votado aqui tudo aquilo que o Govêrno Federal nos tem pedido, reconhecendo o sacrifício que cabe a cada brasileiro para atenuar a situação caótica em que se encontra o País. Lamentável que êsses recursos e tamanhos sacrifícios estejam servindo para alimentar governos desonestos, que os utilizam em campanhas publicitárias e fins inconfessáveis.

Temos insistido, junto ao eminente Presidente Castello Branco, da necessidade de se dar ao meu Estado a atenção que deve merecer uma unidade da Federação, aviltada no seu organismo político e administrativo, e o temos feito à luz de documentos irretorquíveis. Foi assim quando deixamos em mãos de Sua Excelência um *Diário Oficial* do Estado contendo Mensagem do Governador, enviada à Assembléia Estadual, propondo a criação de 3.584 cargos, sendo dois têrços de provimento efetivo, independente de concurso. Mensagem esta tornada lei e por êle sancionada.

A Sua Excelência foi também entregue um *Diário Oficial*, contendo a publicação de um decreto do Governador, abrindo um crédito especial de dois bilhões e meio de cruzeiros para atender ao pagamento de "despesas de quaisquer natureza já efetuadas", apontando como recurso "excesso de arrecadação". Isto ocorreu no primeiro trimestre dêste ano, quando ainda não seria permitido, sequer, prever qualquer cálculo otimista na receita orçamentária, quanto mais saldo a ser utilizado.

Não bastassem as agressivas exibições, feitas diàriamente pelas agências cinematográficas em todo o País, de filmes feitos no Estado, muitos dêles retratando situações falsas, mas todos de promoções à figura ridícula do Governador, onde o dinheiro se consome dentro dos escândalos administrativos que repetidamente se vão somando.

Pasmem os que ainda acreditam em coisa séria neste País e dêem a devida denominação ao sistema em que vive o meu infelicitado Estado.

1

Repito, sem o dinheiro fornecido pela União ao Governador desonesto, tirado do povo exausto e empobrecido da nossa pátria, não seriam possíveis o descalabro e o desmoronamento que se estão verificando na minha província, alcançando a moral política de sua história.

Diante do quadro que acabo de descrever, pergunto aos nobres colegas que sentido têm as Mensagens que estamos votando com a finalidade de coibir definitivamente a influência corruptora do poder político no processo eleitoral?!... Alguém está sendo enganado. Praza aos céus que não seja o povo!

Sr. Presidente, acredito que um dia viveremos momentos diferentes e então poderei, desta tribuna — e Deus há de me conceder esta graça —, explicar ao País inteiro a situação do Rio Grande do Norte. Será a última graça que teria de pedir ao Onipotente, na minha humildade cristã, dentro da minha já longa caminhada na vida pública — a de apagar, na história política d'este País, a ultrajante situação em que se encontra minha velha província, de tradições tão gloriosas e desvanecedoras para aquêles que tiveram, como eu, a ventura de abrir os olhos, pela primeira vez, dentro de suas fronteiras.

Termino, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com o pensamento voltado para a minha terra e seu povo, junto do qual estarei para guiá-lo nas horas difíceis e arriscadas que estamos vivendo.



